

A Agenda de Defesa Brasileira no Trapézio Amazônico: O Combate ao Narcotráfico e às Redes de Crime Organizado na Região

Luciele Lemes Marques¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar as dinâmicas do tráfico de drogas no Arco de instabilidade Andino-Amazônico, tendo como recorte de pesquisa o Trapézio Amazônico, região fronteira dos territórios do Peru, Colômbia e Brasil, e avaliar a atuação das forças de segurança, sobretudo do Estado brasileiro, em reprimir a atividade ilegal na região. Trata-se de uma zona de sensibilidade para as políticas de segurança pública brasileiras, em especial àquelas voltadas ao combate a ilícitos transnacionais, com destaque ainda maior para o enfrentamento ao narcotráfico, uma vez que Colômbia e Peru são os maiores plantadores de folha de coca e produtores mundiais de cocaína. Para o desenvolvimento desse trabalho, contamos com uma revisão bibliográfica da principal literatura acerca da temática e análise de dados secundários oficiais. Recolhidas as informações, esse trabalho resulta na ideia de que o narcotráfico na região do Trapézio, enquanto rede criminosa de alcance global, apresenta divergências para as políticas de segurança pública do governo brasileiro.

Palavras-chave: narcotráfico; amazônia; entorpecentes.

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: luciele-marques.aluno@unipampa.edu.br

1 Introdução

O narcotráfico na região do Trapézio Amazônico é um fenômeno complexo e preocupante, com repercussões sociais, econômicas e ambientais significativas. Essa área de fronteira enfrenta desafios relacionados à sua localização periférica, baixa densidade populacional e ausência de presença estatal significativa. Essas características têm levado ao desenvolvimento de uma relação estreita e complementar entre os processos sociais e econômicos da região, incluindo o tráfico internacional de drogas. O Trapézio está estrategicamente posicionado entre os principais países produtores de cocaína, como Colômbia, Peru e Bolívia, e é reconhecido como um dos principais pontos de entrada de drogas no território brasileiro. Suas rotas de tráfico de cocaína na região do Cone Sul, especialmente a rota conhecida como Solimões, têm implicações significativas para o Brasil e outros destinos internacionais, favorecendo facções do crime organizado interno que disputam o controle dessas rotas, alimentando a violência e conflito na região (Balieiro; Nascimento, 2014).

Outrossim, na região analisada, a produção de drogas ilícitas, como a cocaína, está intimamente ligada às condições geográficas favoráveis encontradas no local, como a rica biodiversidade, o clima tropical e a presença de vastas áreas de baixa densidade populacional. A floresta amazônica desempenha um papel duplo nesse contexto, servindo como esconderijo estratégico para os laboratórios de produção de drogas e como rota de transporte para o contrabando. Além disso, a região enfrenta desafios relacionados à fiscalização e ao controle de fronteiras devido à geografia irregular, com a presença de rios e uma vasta floresta equatorial (Balieiro; Nascimento, 2014).

A preservação da Amazônia e o bem-estar das comunidades locais dependem do fortalecimento da fiscalização, da proteção dos recursos naturais e do desmantelamento das redes criminosas que operam na região. O Plano Estratégico de Fronteiras (PEsF) e o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras (V.I.G.I.A.) representam iniciativas importantes nesse sentido, visando fortalecer a presença do Estado, combater o crime organizado e proteger os recursos naturais da região (Taranto, 2018; França, 2018). Nesse contexto, entende-se que, somente por meio de uma abordagem integrada, que envolva cooperação internacional, fortalecimento

das instituições e presença estatal efetiva, será possível combater efetivamente o crime organizado e promover o desenvolvimento sustentável na região amazônica.

A abordagem adotada foi qualitativa, com o intuito de aprofundar a compreensão de um tópico atual e recorrente. Quanto aos objetivos, preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, utilizando, assim, a pesquisa explicativa. Dessa forma, busca-se caracterizar as relações do narcotráfico com as organizações e cartéis criminosos, avaliar a atuação das forças de segurança na região e obter um panorama da capacidade do Estado brasileiro em reprimir o tráfico de entorpecentes na área mencionada. Também, pretende-se verificar o potencial de produção de entorpecentes, as rotas do tráfico e a logística empregada pelos grupos envolvidos com o narcotráfico destas localidades para o território brasileiro. Com isso, é possível traçar um panorama do narcotráfico na região de fronteira analisada, e dos desafios que esse apresenta para as políticas de segurança pública do governo brasileiro. Por fim, tem-se que o método utilizado nesse artigo segue a linha indutiva, uma vez que formula hipóteses explicativas e específicas para obter conclusões gerais.

O procedimento utilizado na obtenção de dados desse artigo foi a pesquisa bibliográfica, feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e relacionadas ao tema proposto, e publicadas por meios escritos e eletrônicos. As buscas de artigos científicos foram realizadas nas plataformas do Google Acadêmico, Scielo e Scopus, bem como revistas digitais e obras relacionadas ao tema, possibilitando assim uma profunda análise sobre as nuances do tráfico transnacional nas fronteiras amazônicas.

Para tanto, esta pesquisa é dividida em três seções, além da introdução e das considerações finais. Em início, analisa-se a Tríplice Fronteira Amazônica na região do Alto Solimões, destacando o Trapézio Amazônico, que engloba cidades no Brasil, Peru e Colômbia. A área enfrenta desafios devido à sua localização periférica, baixa densidade populacional e carências básicas, sendo propícia para atividades ilegais, especialmente o tráfico internacional de drogas. A região é reconhecida como importante rota de entrada de drogas no Brasil, contribuindo para vulnerabilidades e as limitações do poder público na faixa de fronteira, devido à geografia irregular, acentuam esses desafios.

A segunda seção trata do aumento alarmante no tráfico de drogas na região do Trapézio, com dados do Relatório Mundial sobre Drogas 2023 da ONU. Destacam-se mudanças rápidas no mercado, novas substâncias psicoativas e aprimoramentos nas técnicas dos traficantes. Assim, observa-se que a produção de cocaína nos países sul-americanos impulsiona a economia da região, ligada a atividades ilegais como lavagem de dinheiro e corrupção.

A terceira seção aborda a eficaz atuação do crime organizado na região amazônica, utilizando-a como corredor de transporte de drogas. Essa atividade contribui para diversas práticas criminosas, como extração ilegal de madeira, mineração irregular e tráfico de animais selvagens. A fragilidade dos órgãos de fiscalização fortalece as facções criminosas, permitindo alianças com grupos envolvidos na exploração ilegal de recursos naturais. Por fim, a última seção analisa iniciativas como o Plano Estratégico de Fronteiras (PEsF) e o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras (V.I.G.I.A), que buscam combater o crime organizado e reforçar a presença estatal nas áreas fronteiriças.

2 O Tráfico Transnacional e o Trapézio Amazônico

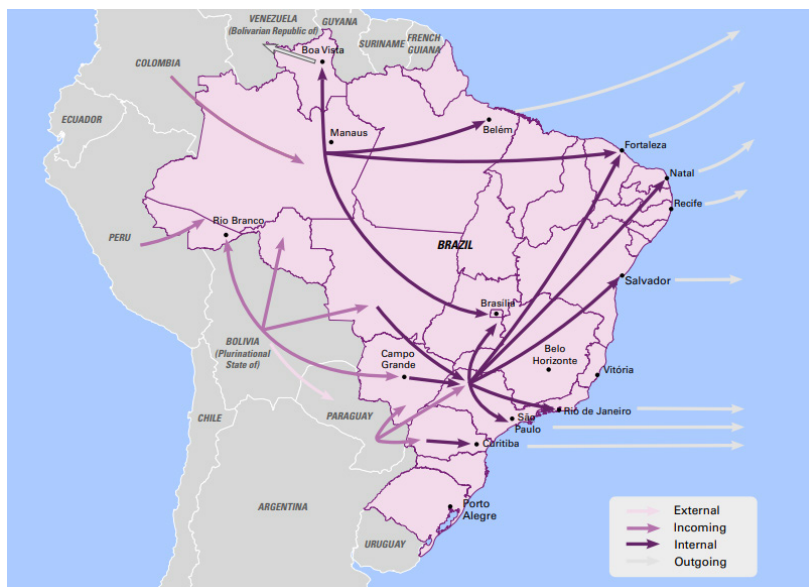
Na região do Alto Solimões, localizada no extremo oeste do Amazonas, encontra-se a conhecida Tríplice Fronteira Amazônica, composta pelas cidades de Tabatinga (Brasil), Santa Rosa (Peru) e Leticia (Colômbia). O Trapézio Amazônico refere-se à região que abrange o ponto de interseção entre as cidades da Tríplice Fronteira Norte, juntamente com os territórios adjacentes em um raio de cerca de sessenta quilômetros desses três países. Assim, engloba parte do Departamento colombiano do Amazonas, do Departamento peruano de Loreto e do estado brasileiro do Amazonas, reconhecendo-a como um dos principais pontos de entrada de drogas provenientes das regiões produtoras do Peru e Colômbia para o território brasileiro (Balieiro; Nascimento, 2014).

As cidades e a região do Trapézio Amazônico, como um todo, possuem características distintas, incluindo sua localização periférica e o seu afastamento em relação ao poder central de seus países, baixa densidade populacional, população carente de necessidades básicas e ausência de presença estatal efetiva. A população na Tríplice se caracteriza, majoritariamente, por uma população indígena, delimitando

aproximadamente 107.000 indivíduos, sendo que os Tikuna e os Kokama são os mais numerosos e com presença nos três países.

A população indígena do lado brasileiro, na região do Alto Rio Solimões, totaliza 70.526 pessoas que vivem em 28 terras indígenas em áreas predominantemente rurais pertencentes a 07 municípios da região (Estimativa IBGE 2020). Os indígenas vivem 235 comunidades localizadas ao longo do do rio Solimões, seus afluentes e igarapés. A população indígena desta sub-região é composta por 7 etnias, sendo os Tikuna o grupo étnico mais populoso não somente da região, como do Brasil – aproximadamente 46.000 indivíduos. No lado peruano, na região de Loreto, estão localizadas 11 famílias linguísticas (84,6% das línguas indígenas faladas no país) e 29 etnias. Na província de Mariscal Ramón Castilla, os Tikuna também são o povo mais numeroso: cerca de 8.844 habitantes distribuídos em comunidades nativas, ribeirinhas, vilarejos e cidades intermediárias. A região do Trapézio Amazônico colombiano e suas áreas colidentes no Brasil e Peru está localizada entre duas zonas com presença de povos isolados: (a) ao sul, a Terra Indígena Vale do Javari, local que registra o maior número de registros de povos isolados na Amazônia; (b) e ao norte, o Parque Nacional Río Puré, na Colômbia, onde vivem os Yurí-Passé (Observatório Regional Amazônico, 2022).

Com o intuito de aprofundar a compreensão das dinâmicas do tráfico internacional de drogas, é necessário destacar algumas considerações sobre esse tipo de crime e sua relação com o Trapézio Amazônico, além de introduzir o tráfico ilícito de drogas como uma modalidade do crime organizado. Quando se trata do Estado brasileiro e sua relação com o tráfico de drogas, observamos que esse está inserido nas principais rotas internacionais da atividade ilegal. Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2016), embora a cocaína provenha principalmente da Colômbia, Peru e Bolívia, o narcótico passa pelo território brasileiro antes de chegar aos destinos finais na Europa e África. Conforme ilustrado na imagem abaixo, a região de fronteira do Trapézio está próxima aos principais países produtores de cocaína e desempenha um papel crucial na sua distribuição, sendo tanto origem quanto destino do transporte internacional de drogas. Nessa perspectiva, a região do Trapézio Amazônico tem gerado vulnerabilidades sociais, securitárias e econômicas para a América do Sul.

Figura 1: Principais rotas de tráfico de cocaína que afetam o Brasil

Fonte: UNODC; CoE, 2022.

Vale ressaltar que essas vulnerabilidades decorrem das limitações do poder público na faixa de fronteira, principalmente devido à geografia irregular local, com a presença de diversos rios, como o Rio Solimões, e uma vasta floresta equatorial. Essas duas características geográficas facilitam a atuação do crime organizado na região, visto que, como será aprofundado posteriormente, a região amazônica enfrenta diversas dificuldades, como tráfico de drogas, exploração ilegal de recursos naturais, fronteiras porosas, presença estatal limitada e vulnerabilidade socioeconômica. O tráfico de drogas impacta a segurança e estabilidade social, enquanto a exploração ilegal prejudica o meio ambiente. Fronteiras permeáveis facilitam atividades ilícitas, e a falta de presença estatal efetiva cria desafios para o combate a atividades ilegais. Já a vulnerabilidade socioeconômica, causada pela baixa densidade populacional e carência de recursos, torna as comunidades mais suscetíveis à influência de atividades ilegais e grupos criminosos. Dessa maneira, tornando cidades do Trapézio, como Tabatinga no Brasil e Letícia na Colômbia, periféricas e distantes dos grandes centros onde a presença das instituições públicas é mais pronunciada (Moura, 2020).

3 A Produção de Coca e suas Implicações para a Região do Trapézio

De acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas (2023), divulgado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, a oferta de drogas ilícitas está atingindo níveis alarmantes e as redes de tráfico estão se tornando cada vez mais ágeis, pois suas redes e estratégias, utilizando as rotas amazônicas, se aprimoram a cada ano. O relatório ressalta que o mercado de drogas ilícitas está passando por mudanças rápidas e complexas, com novas substâncias psicoativas surgindo com frequência e aprimoramentos nas técnicas de produção, distribuição e comunicação utilizadas pelos traficantes. Esses estão se adaptando às demandas do mercado e explorando novas rotas e métodos para o tráfico de drogas, o que dificulta a ação das autoridades (UNODC, 2023).

Diferentes padrões também podem ser observados entre ambientes urbanos e rurais. Por exemplo, em algumas áreas rurais, o cultivo e o tráfico de drogas ilícitas criam oportunidades para outros crimes, incluindo crimes que afetam o meio ambiente, e as populações empobrecidas e vulneráveis ficam presas em um ciclo vicioso com acesso incerto aos recursos e ao estado de direito. Por exemplo, na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru na Bacia Amazônica, as organizações do narcotráfico violam cada vez mais os direitos humanos, a segurança e o bem-estar das populações rurais (UNODC, 2023, p. 5, tradução nossa).

É essencial observar que a produção global de folhas de coca está concentrada em três países sul-americanos: Colômbia, Peru e Bolívia. Como exposto, o tráfico de entorpecentes desempenha um papel significativo no dinamismo econômico da região, e, no que abrange o Trapézio Amazônico, a dinâmica da atividade cocaleira se expande devido ao seu grande potencial de produção, uma vez que engloba zonas de cultivo e logística eficiente nestas localidades. A produção e o comércio de cocaína envolvem uma cadeia produtiva complexa, que engloba desde o cultivo das folhas de coca até o processamento, transporte e distribuição da droga. Essa cadeia produtiva gera empregos diretos e indiretos, movimentando recursos financeiros significativos ao longo do processo (Pereira Da Silva, 2022).

Além disso, o tráfico de entorpecentes está interligado a outras atividades ilegais, como lavagem de dinheiro e corrupção, que também têm impacto econômico na região. Essas atividades ilícitas influenciam a economia local de diversas

formas, seja por meio do aumento da demanda por serviços relacionados, como o transporte e a segurança, ou pela criação de uma economia paralela baseada em atividades criminosas. Ademais, a região do Trapézio Amazônico enfrenta uma vulnerabilidade fronteiriça significativa, agravada pela pobreza da população local, o que torna a região um alvo propício para o assédio dos narcotraficantes.

As causas da pobreza no Alto Solimões e a crise econômica são várias. A última delas, além da política partidária e pessoal do governo brasileiro que abandona os interesses vitais do país e pouco a pouco o leva a ruína total. A causa principal é a refinada astúcia dos ingleses. Eles souberam tirar proveito da plácida sonolência do governo brasileiro. Enquanto este dormia eles vigiavam e enquanto transportavam a preciosa goma, transportavam para a Ásia também quantidades enormes de sementes. O governo percebeu isto, mas achou que não devia se incomodar e, de um preço máximo reduziram a goma a um preço mínimo. Com isto o comércio sofreu um golpe mortal e com isto o falecimento das casas comerciais. Com isto os patrões não mais tiveram recursos para pagar os funcionários e extratores e uma miséria total se abateu sobre a Amazônia. Pelo interior, muitos morreram de fome (Ferrarini, 2013, p. 122).

Podemos associar o cultivo extensivo da planta da coca, que serve como a matéria-prima essencial para a produção da droga, às condições geográficas, climáticas e ambientais favoráveis, incluindo a rica biodiversidade e o clima tropical, tornando essas áreas propícias para o crescimento dessa planta. A Amazônia apresenta características geográficas que são aproveitadas pelos narcotraficantes, já que possui vastas áreas de baixa densidade populacional, uma floresta densa e uma complexa rede de rios, tornando-se um ambiente propício para ações ilícitas. Na visão das autoridades, o controle nessa região pode ser desafiador, mas os traficantes se beneficiam dessas peculiaridades para facilitar o contrabando de mercadorias, a biopirataria e o tráfico de drogas.

É nesse ambiente de enorme proporção territorial e de baixa densidade demográfica, onde a ausência do Estado chega a ser uma regra e não uma exceção, que identificamos a ação de grupos adversos que se aproveitam da densa floresta para acobertar inúmeras atividades ilícitas, utilizando-se de rotas aéreas, terrestres e fluviais clandestinas para transportar toda sorte de droga, contrabando, armas e munições (Ishida, 2006, p. 4).

A densa e exuberante floresta amazônica desempenha um papel duplo no contexto do narcotráfico. Por um lado, serve como um esconderijo estratégico para os laboratórios de produção de drogas ilícitas, uma vez que a vastidão da floresta

proporciona locais ideais para essas atividades ilegais, dificultando sua detecção e desmantelamento pelas autoridades. Por outro lado, a floresta também permite que a droga seja camuflada e/ou escondida diante de ameaças ou operações de fiscalização, prejudicando ainda mais os esforços para combater o tráfico (Couto; De Souza Oliveira, 2017).

Os extensos rios conectados à bacia amazônica se tornam vias de transporte estratégicas para o tráfico de drogas, como a cocaína. A falta de uma malha rodoviária adequada na região faz com que os rios sejam utilizados como rotas preferenciais para o transporte ilícito, aproveitando-se da dificuldade de fiscalização por parte das forças de segurança pública (Ministério da Justiça e Cidadania, 2016). Essa situação facilita o fluxo contínuo de drogas através da região, alimentando uma economia clandestina. Além disso, a extensa fronteira do Trapézio Amazônico cria uma atmosfera propícia para o narcotráfico. As relações sociais entre os povos da região ultrapassam os limites dos territórios nacionais, permitindo que as redes de narcotraficantes estabeleçam conexões e ampliem suas operações. A mão de obra local acaba sendo explorada e utilizada pelo narcotráfico, aliciando ou cooptando pessoas para fazerem parte de sua rede social (Couto, 2020).

Dessa forma, a concentração da produção de coca em países como Colômbia, Peru e Bolívia revela não apenas os impactos econômicos locais, mas também a interconexão dessas atividades com práticas ilegais. A interligação do tráfico de entorpecentes com outras práticas criminosas, como lavagem de dinheiro e corrupção, ressalta a complexidade do desafio enfrentado pelas autoridades locais e globais. A geografia favorável da Amazônia, com vastas áreas de baixa densidade populacional e uma rede complexa de rios, oferece um terreno propício para as operações ilícitas, dificultando ainda mais o controle das autoridades (Couto, 2020).

Nesse cenário, a densa floresta amazônica desempenha um papel ambíguo, servindo como esconderijo estratégico para os traficantes, ao mesmo tempo em que dificulta as ações de fiscalização. As vias fluviais, por sua vez, emergem como rotas estratégicas para o transporte de drogas, explorando a falta de infraestrutura rodoviária na região. Portanto, a abordagem para combater o tráfico de drogas na região do Trapézio Amazônico deve ser multifacetada, considerando não apenas a

repressão direta, mas também iniciativas que abordem as condições socioeconômicas e ambientais que alimentam essa atividade criminosa.

4 Redes Narcotraficantes e a Integração Paralela na Região Amazônica

O crime organizado vem atuando de forma eficaz na articulação em escala global do narcotráfico, ao mesmo tempo em que se aproveita de algumas falhas do Estado para inserir a região na escala global/regional das atividades ilícitas (Couto, 2014). Nesse sentido, a preocupação crescente é a forte atuação das principais facções do crime organizado do Brasil na área amazônica, onde estão ampliando sua presença, principalmente no Norte do país. Segundo a UNODC, o aumento do consumo de cocaína no Brasil se direciona e é consequente da atuação destas forças criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), originária do sistema penitenciário de São Paulo, e Comando Vermelho (CV), que surgiu nos presídios e morros do Rio de Janeiro. Outras facções locais importantes também atuam na Amazônia, com os cartéis colombianos, conectando diversas atividades criminosas e estabelecendo laços com cartéis de tráfico de drogas que operam na Colômbia e no Peru (UNODC, 2016).

De acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas (2023), da UNODC, o tráfico de drogas na Bacia Amazônica tem contribuído para o aumento de diversas atividades criminosas, incluindo a extração ilegal de madeira, a mineração irregular, a ocupação desordenada de terras e o tráfico de animais selvagens. Essas atividades ilícitas estão causando sérios danos ao meio ambiente da maior floresta tropical do mundo. No relatório, destaca-se a preocupação com o crescimento do tráfico de drogas na região amazônica, que não apenas contribui para a disseminação do consumo de substâncias ilícitas, mas também tem impactos devastadores na natureza e nas comunidades locais. Ademais, a exploração ilegal de recursos naturais, impulsionada pelo tráfico, provoca desmatamento, degradação ambiental e perda de biodiversidade na Amazônia. Além disso, a presença de grupos criminosos nas áreas afetadas por essa atividade ilícita resulta em violência, conflitos territoriais e ameaças à segurança das comunidades locais (ONU, 2023).

Atualmente, a rota conhecida como Solimões, assim chamada devido ao rio homônimo, tem se tornado o principal corredor de transporte de drogas na região amazônica. Essa rota é disputada e utilizada por organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e a Família do Norte (FDN), para transportar principalmente cocaína proveniente da Bolívia e do Peru em direção ao leste do Brasil. Segundo Aiala Colares Couto, professor e pesquisador da Universidade do Estado do Pará (Uepa), em entrevista para o portal UOL Notícias (2022), a novidade é que o aparelhamento de órgãos como o Ibama, ICMBio, Funai e Polícia Federal na região contribuiu para fortalecer o crime organizado, uma vez que fragilizou a capacidade de fiscalização no combate a diversos tipos de crime. Essa fragilidade tem permitido que as facções criminosas estabeleçam alianças com grupos envolvidos na exploração ilegal de recursos naturais na Amazônia.

Em consoante, as atividades de garimpagem ilegal, a partir das redes de narcotráfico cresceram notoriamente nos últimos anos. Segundo o Relatório, o Comando Vermelho tem expandido suas operações de garimpo para a região de Madre de Dios, no Peru. Embora tenha perdido influência na fronteira do Brasil com Paraguai e Bolívia, o CV é considerado a facção brasileira mais poderosa no Norte do país. Ao mesmo tempo, grupos como o PCC estão se infiltrando em operações de mineração ilegal, oferecendo proteção, extorquindo impostos e controlando áreas de extração e equipamentos. Nesse sentido, a conexão entre o narcotráfico e a garimpagem ilegal evidencia a complexidade do crime organizado na região amazônica e a necessidade de ações efetivas para combater tanto o tráfico de drogas quanto os crimes ambientais. A preservação da Amazônia e o bem-estar das comunidades locais dependem de medidas enérgicas para dismantelar essas redes criminosas e fortalecer a fiscalização e a proteção dos recursos naturais (UNODC, 2016).

5 A Agenda de Defesa do Brasil nas Fronteiras Amazônicas: a Criação da PEsF e do Programa V.I.G.I.A

Ao examinar a atuação do Estado brasileiro em relação ao narcotráfico na tríplice fronteira amazônica, é possível identificar diversos aspectos relevantes. Em

primeiro lugar, a segurança pública é uma responsabilidade do Estado, exercida para preservar a ordem pública, a segurança das pessoas e a proteção do patrimônio, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Assim, o Estado possui órgãos de segurança pública que desempenham um papel essencial nesse contexto. Alguns exemplos de órgãos envolvidos nessa abordagem incluem as forças policiais, como a Polícia Federal, responsável por questões de fronteira e crimes federais, e as polícias estaduais, que também desempenham um papel fundamental na manutenção da ordem pública. Além disso, órgãos de inteligência, como a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), podem estar envolvidos na coleta e análise de informações para combater as atividades ilícitas relacionadas ao narcotráfico.

Também, desempenhando papel importante na área da defesa nacional, podemos citar o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), que é uma iniciativa do Comando do Exército para fortalecer a presença estatal na faixa de fronteira terrestre, conforme orientação da Estratégia Nacional de Defesa de 2008. Buscando ampliar a capacidade de monitoramento e assegurar a comunicação eficaz entre escalões do Exército, o SISFRON visa produzir informações confiáveis para decisões estratégicas e apoiar ações de defesa contra delitos transfronteiriços e ambientais (Pessanha, 2019).

Nesse sentido, as operações podem ocorrer de forma isolada, em conjunto com outras Forças Armadas, ou em cooperação interagências com órgãos governamentais, cumprindo dispositivos constitucionais e legais. Sua ênfase na defesa das fronteiras, através do uso de tecnologia e integração de recursos domésticos e estrangeiros, estimula a coordenação de políticas e ações entre os Estados fronteiriços. Ao integrar-se com estratégias nacionais de defesa, o SISFRON fomenta a cooperação regional por meio de intercâmbio frequente de informações e comunicação entre as partes, promovendo interações políticas voltadas para a região e, como consequência, no combate ao tráfico de drogas (Barbosa, 2014).

No entanto, o desafio vai além do narcotráfico. O contrabando de ouro e diamante, a biopirataria, a grilagem de terras e o desmatamento ilegal também representam ameaças significativas para a soberania brasileira e o efetivo controle da região (Couto, 2014). As políticas de defesa nacional enfrentam dificuldades para combater de forma definitiva as redes ilegais, incluindo o tráfico de drogas.

Junto com a segurança da população, os órgãos de controle e repressão também desempenham um papel relevante nesse combate.

Ainda, a atividade criminosa em faixas de fronteira é desafiadora devido à atuação das organizações criminosas transnacionais, que se aproveitam das características dessa região para realizar atividades ilícitas que atravessam limites nacionais (Pessanha, 2019). A extensão das fronteiras na tríplice fronteira amazônica, abrangendo vários países, estados e municípios, torna a segurança nacional uma questão de destaque, considerando a importância da soberania, o controle de mercadorias e pessoas, e a repressão ao crime (França, 2018).

Em 2011, o Brasil instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras (PEsF) para enfrentar o crescente crime organizado transnacional nas áreas fronteiriças (Brasil, 2011). Embora tenha sido um marco importante em termos de defesa nacional, o PEsF tinha limitações e buscava estabelecer uma atuação conjunta entre órgãos federais e estaduais de segurança pública, defesa nacional e receita federal para neutralizar o crime organizado e reduzir a violência (Taranto, 2018).

Além disso, no ano de 2019 foi instituído o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras (V.I.G.I.A), que se alinha com as diretrizes da Política Nacional de Defesa (PND) e busca o controle, prevenção, vigilância, fiscalização e repressão aos crimes transnacionais (Pereira Da Silva, 2022). O programa V.I.G.I.A. representa uma ferramenta relevante para a implementação de uma política de vigilância coordenada entre os órgãos de defesa e segurança pública, atendendo geograficamente à região onde são necessários esforços inovadores para combater o narcotráfico. Ademais, é importante ressaltar que esse programa não foi projetado especificamente para atuar na região abordada nessa pesquisa. Seu projeto piloto não se concentra exclusivamente no combate às atividades ilícitas nessa região, incluindo o narcotráfico. No entanto, é possível deduzir sua atuação vigente uma vez que “a região de tríplice fronteira reúne diversos aspectos que a tornam um corredor natural para o tráfico de drogas” (Pereira Da Silva, 2020, p. 35).

O VIGIA, projeto estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública, atua em três eixos: operações, capacitações e aquisições de equipamentos e sistemas. Em dois anos, foram quase R\$ 3 bilhões de prejuízo aos criminosos, com a apreensão de mais de 870 toneladas de drogas, 113 milhões de maços de cigarros, além de embarcações, veículos e outros produtos oriundos do contrabando. Os

números também mostram que, com o reforço da segurança nas fronteiras e divisas do país, o VIGIA evitou um prejuízo de mais de meio bilhão de reais aos cofres públicos (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2021).

Nesse sentido, o Plano Estratégico de Fronteiras (PEsF) e o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras (V.I.G.I.A.) representam importantes iniciativas para enfrentar o crime organizado transnacional e reforçar a presença do Estado nas áreas fronteiriças. Embora o PEsF tenha suas limitações, busca-se uma atuação conjunta entre órgãos de segurança pública, defesa nacional e receita federal para neutralizar o crime e reduzir a violência. No entanto, é importante ressaltar que o V.I.G.I.A., embora não tenha sido especificamente projetado para atuar na região em questão, possui relevância por abranger uma área onde o combate ao narcotráfico é necessário. Nesse viés, a região da tríplice fronteira apresenta características que a tornam um corredor natural para o tráfico de drogas, o que justifica a atuação do programa nessa área (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2021).

Em síntese, a atuação do Estado brasileiro frente ao narcotráfico é responsabilidade primordial dos órgãos de segurança pública, como a Polícia Federal e as polícias estaduais, bem como agências de inteligência, como a ABIN. Contudo, os desafios vão além do tráfico de drogas, abrangendo preocupações como contrabando de ouro, diamantes, biopirataria, grilagem de terras e desmatamento ilegal. A resposta a essas ameaças requer políticas eficazes de defesa nacional, especialmente nas faixas de fronteira, onde organizações criminosas transnacionais operam de maneira desafiadora.

Iniciativas como o Plano Estratégico de Fronteiras (PEsF) e o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras (V.I.G.I.A.) representam passos significativos de órgãos federais e estaduais para combater o crime organizado. Apesar das limitações do PEsF, o V.I.G.I.A., projetado para atuar em áreas onde o combate ao narcotráfico é crucial, demonstra resultados expressivos na apreensão de drogas e produtos contrabandeados, fortalecendo a segurança nas fronteiras e evitando prejuízos aos cofres públicos. Assim, essas iniciativas representam esforços essenciais para enfrentar os desafios complexos da região, promovendo a presença e a eficácia do Estado na garantia da segurança nacional (Taranto, 2018; França, 2018).

Nesse sentido, o Plano Estratégico de Fronteiras (PEsF) e o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras (V.I.G.I.A.) representam importantes iniciativas para enfrentar o crime organizado transnacional e reforçar a presença do Estado nas áreas fronteiriças. Embora o PEsF tenha suas limitações, busca-se uma atuação conjunta entre órgãos de segurança pública, defesa nacional e receita federal para neutralizar o crime e reduzir a violência. No entanto, é importante ressaltar que o V.I.G.I.A., embora não tenha sido especificamente projetado para atuar na região em questão, possui relevância por abranger uma área onde o combate ao narcotráfico é necessário. Nesse viés, a região da tríplice fronteira apresenta características que a tornam um corredor natural para o tráfico de drogas, o que justifica a atuação do programa nessa área (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2021).

Em síntese, a atuação do Estado brasileiro frente ao narcotráfico é responsabilidade primordial dos órgãos de segurança pública, como a Polícia Federal e as polícias estaduais, bem como agências de inteligência, como a ABIN. Contudo, os desafios vão além do tráfico de drogas, abrangendo preocupações como contrabando de ouro, diamantes, biopirataria, grilagem de terras e desmatamento ilegal. A resposta a essas ameaças requer políticas eficazes de defesa nacional, especialmente nas faixas de fronteira, onde organizações criminosas transnacionais operam de maneira desafiadora.

Iniciativas como o Plano Estratégico de Fronteiras (PEsF) e o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras (V.I.G.I.A.) representam passos significativos de órgãos federais e estaduais para combater o crime organizado. Apesar das limitações do PEsF, o V.I.G.I.A., projetado para atuar em áreas onde o combate ao narcotráfico é crucial, demonstra resultados expressivos na apreensão de drogas e produtos contrabandeados, fortalecendo a segurança nas fronteiras e evitando prejuízos aos cofres públicos. Assim, essas iniciativas representam esforços essenciais para enfrentar os desafios complexos da região, promovendo a presença e a eficácia do Estado na garantia da segurança nacional (Taranto, 2018; França, 2018).

Considerações Finais

Ao aprofundarmos a análise das dinâmicas do tráfico de drogas na região do Trapézio Amazônico, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem mais

abrangente e multifacetada para enfrentar esse desafio complexo. Aqui, apreende-se que as inferências obtidas a partir dos dados e informações coletadas sustentam a hipótese de que as fragilidades institucionais dos países da região e a presença abrangente das facções criminosas na Tríplice Fronteira Norte se interligam de maneira agressiva. Além das questões já mencionadas, é importante considerar outros aspectos relevantes que afetam tanto a região quanto às estratégias de combate ao narcotráfico.

Um desses aspectos é o impacto socioeconômico do tráfico de drogas na região. A atividade ilícita gera empregos diretos e indiretos, movimentando recursos financeiros significativos ao longo de sua cadeia produtiva. Para muitas comunidades locais, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o narcotráfico pode representar uma fonte de renda alternativa e oportunidades econômicas (Couto, 2020).

Outro aspecto relevante é a dimensão transnacional do crime organizado na região amazônica. A Amazônia brasileira cumpre importante função geográfica de conectividade do narcotráfico em nível nacional e internacional, pois a região representa uma área de trânsito da cocaína produzida nos países da Comunidade Andina. Dessa maneira, recebe toda a atenção necessária do crime organizado e é utilizada como corredor de importação/exportação de cocaína, transformando-se em objeto de interesse dos altos comandos do crime organizado (Couto, 2014). Assim, o combate a esse fenômeno requer uma cooperação internacional abrangente, que inclua o compartilhamento de informações, o fortalecimento das capacidades de inteligência e a coordenação operacional entre os países afetados. Ademais, é essencial combater a corrupção e a lavagem de dinheiro, que são componentes intrínsecos do crime organizado transnacional.

Além do tráfico de drogas, é importante destacar outras atividades ilícitas que ocorrem na região amazônica e estão interligadas ao narcotráfico. Essa atividade ilegal, que está em alta nas fronteiras, requer do Estado uma abordagem geopolítica que leve em consideração a ameaça representada pelas atividades ilegais. Desta forma, a exploração ilícita de recursos naturais, como a extração ilegal de madeira e a mineração irregular, muitas vezes financiada pelo tráfico de drogas, tem causado sérios danos ao meio ambiente, contribuindo para o desmatamento,

a degradação ambiental e a perda da biodiversidade na Amazônia. Essas atividades também estão associadas a conflitos territoriais, violações de direitos humanos e ameaças à segurança das comunidades locais (ONU, 2023).

Durante a pesquisa, buscou-se estabelecer conexões entre as atividades ilícitas no Trapézio Amazônico e a atuação do Estado brasileiro no combate ao narcotráfico, examinando as estratégias adotadas, em especial o Programa V.I.G.I.A e o Plano Estratégico de Fronteiras (PEsF). No entanto, percebe-se que a região ainda enfrenta carências enraizadas e desafios difíceis de superar. As ações das facções criminosas brasileiras e sua integração com os cartéis colombianos intensificam essa carência, utilizando o tráfico de drogas e estimulando outras atividades ilegais, principalmente na floresta amazônica. Nesse contexto, é essencial fortalecer as medidas de fiscalização e proteção ambiental para preservar os recursos naturais da Amazônia e combater as atividades ilegais que causam danos irreparáveis ao ecossistema. Além disso, é necessário promover uma conscientização e educação ambiental mais ampla nas comunidades locais, incentivando-as a se envolver ativamente na proteção e preservação da região.

Por fim, é importante ressaltar que o combate ao narcotráfico na região amazônica requer uma abordagem integrada que combine ações de segurança, desenvolvimento socioeconômico, proteção ambiental e fortalecimento institucional. Sendo assim, é fundamental fortalecer a presença do Estado nas áreas fronteiriças, melhorar a infraestrutura e os serviços públicos, promover a inclusão social e econômica das comunidades locais e fortalecer a capacidade das instituições de segurança e justiça. Para alcançar resultados efetivos, é necessário investir em programas de prevenção ao uso de drogas, na reabilitação de dependentes químicos e na capacitação de profissionais de saúde e assistência social. Além disso, a cooperação internacional deve ser fortalecida, com o compartilhamento de informações e experiências, o intercâmbio de melhores práticas e o apoio mútuo entre os países afetados.

Em suma, o combate ao narcotráfico na região do Trapézio Amazônico é um desafio complexo e multifacetado que requer uma abordagem abrangente, envolvendo aspectos de segurança, desenvolvimento socioeconômico, proteção ambiental e fortalecimento institucional. A cooperação internacional, a participação

ativa das comunidades locais e a implementação de políticas públicas integradas são elementos-chave para enfrentar esse desafio e promover um ambiente seguro, sustentável e próspero na região. Somente com um esforço conjunto e coordenado será possível combater efetivamente o narcotráfico e suas ramificações, garantindo a preservação da Amazônia e o bem-estar das comunidades que a habitam.

The Brazilian Defense Agenda In The Amazon Trapeze: The Fight Against Drug Trafficking And Organized Crime Networks In The Region

Abstract: This article aims to analyze the dynamics of drug trafficking in the Andean-Amazonian instability arc, focusing on the Amazonian Trapezium, a border region encompassing the territories of Peru, Colombia, and Brazil. The objective is to assess the effectiveness of security forces, particularly those of the Brazilian state, in suppressing illegal activities in the region. This area holds strategic importance for Brazilian public security policies, especially those targeting transnational crimes, with a heightened emphasis on combating drug trafficking, given that Colombia and Peru are the world's largest cultivators of coca leaves and cocaine producers. To accomplish this study, we conducted a literature review of the main works on the subject and analyzed official secondary data. Based on the gathered information, this work suggests that drug trafficking in the Trapezium region, as a globally-reaching criminal network, poses challenges for the Brazilian government's public security policies.

Keywords: Drug trafficking; the Amazon; narcotics.

Referências

BALIEIRO, Luiz Felipe de Vasconcelos Dias; NASCIMENTO, Izaura Rodrigues. **Tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia e as implicações com o narcotráfico.** Textos e Debates, n. 26, 2014. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/2789/1585>. Acesso em: 20 dez. de 2023.

BARBOSA, Cristiano Guimarães. **O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras: Uma Ferramenta de Cooperação Regional**. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política e Gestão do Território. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 jul. de 2023.

_____. **Decreto Presidencial nº7.496, de 8 de junho de 2011**. Institui o Plano Estratégico de Fronteiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 jul. de 2023.

_____. Ministério da Defesa (MD). **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa>. Acesso em: 09 jul. de 2023.

_____. Ministério da Justiça e Cidadania (MJC). **Segurança Pública nas Fronteiras, Diagnóstico socioeconômico e demográfico: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br>. Acesso em: 08 jul. de 2023.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). **Programa VIGIA completa dois anos e chega a mil agentes de segurança pública protegendo as fronteiras e divisas do País**. Brasília, 2021. Disponível: <https://www.gov.br/mj/pt-br>. Acesso: 08 jul. de 2023.

COUTO, Aiala Colares. **Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira**. Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia, n. 44, 2020. Disponível: <https://journals.openedition.org/confins/25847>. Acesso: 06 jul. de 2023.

COUTO, Aiala Colares. **Geopolítica, Fronteira e Redes Ilegais na Amazônia**. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. 2014. Disponível em: <https://www.editoralettera1.com/anais-congeo>. Acesso: 09 jul. de 2023.

COUTO, Aiala Colares; DE SOUZA OLIVEIRA, Isabela. **A geografia do narcotráfico na Amazônia**. Geographia Opportuno Tempore, v. 3, n. 1, p. 52-64, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas>. Acesso em: 20 dez. de 2023.

FERRARINI, **Sebastião Antônio. Encontro de Civilizações: o Alto Solimões e as Origens de Tabatinga.** Manaus: Valer, 2013.

FRANÇA, Rafael Francisco. **Controle de Fronteiras no Brasil.** São Paulo: Estante Acadêmica, 2018.

ISHIDA, E. **Política de segurança integrada da Amazônia: utopia ou realidade?.** Santiago Dantas, 2006.

MADEIRO, Carlos. **Com vigilância frágil, Amazônia vê narcotráfico se aliar ao crime ambiental.** Revista UOL, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br>. Acesso em: 08 jul. de 2023.

MOURA, Marcos Alexander Valle de. **Dinâmicas da Securitização do tráfico de drogas no arco de instabilidade andino-amazônico: o caso da tríplice fronteira norte (Brasil-Colômbia-Peru).** Monografia (Especialização, Curso de Altos Estudos em Defesa) - Escola Superior de Guerra. Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.esg.br>. Acesso em: 07 jul. de 2023.

OBSERVATÓRIO REGIONAL AMAZÔNICO (ORA). **Fronteira - Brasil-Colômbia-Peru.** 2022. Disponível em: < <https://oraotca.org/> > Acesso em: 20 dez. de 2023.

ONU NEWS. **Tráfico de drogas acelera degradação ambiental e crimes na Bacia Amazônica. Brasília, 2021.** Disponível em: <https://news.un.org>. Acesso em: 07 jul. de 2023.

PEREIRA DA SILVA, Leonardo Paes. **O Crime Organizado Transnacional e o Trapézio Amazônico: Atuação do Estado brasileiro frente ao narcotráfico através do Programa VIGIA entre os anos de 2019 e 2020.** Revista de Relações Internacionais, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br>. Acesso em: 08 jul. de 2023.

PESSANHA, Emanuel Alexandre Moreira. **Combate aos ilícitos em áreas de fronteira: uma proposta de releitura do SISFRON a partir do modelo asiático ReCAAP.** Monografia (Especialização, Curso de Altos Estudos de Política Estratégica) - Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://repositorio.esg.br>. Acesso em: 09 jul. de 2023.

TARANTO, Ricardo Santos. **As oportunidades advindas do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras**. Monografia (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui>. Acesso em: 07 jul. de 2023.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC); Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas (CDE/COE-BRAZIL). **Brazil in the regional and transatlantic cocaine supply chain: The impact of COVID-19**. Cocaine Insights 4. jul. 2022. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents>. Acesso: 06 jul. de 2023.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **World Drug Report 2023**. New York: United Nations Publications, 2023. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc>. Acesso em: 07 jul. de 2023.

_____. World Drug Report 2014. **New York: United Nations Publications, 2014**. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/wdr2014/World_Drug_Report_2014. Acesso em: 09 jul. de 2023.

_____. World Drug Report 2016. **New York: United Nations Publications, 2016**. Disponível em: https://www.unodc.org/doc/wdr2016/WORLD_DRUG_REPORT_2016. Acesso em: 09 jul. de 2023.